

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# SAINDO DA “TORRE DE MARFIM”: A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NA UNIVERSIDADE

Enayton Perassoli, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4430>

Submetido em: 2022-07-12

Postado em: 2022-09-15 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

## **SAINDO DA “TORRE DE MARFIM”: A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NA UNIVERSIDADE**

**ENAYTON PERASSOLI<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4554-4004>

**ALEXANDRE RODRIGO NISHIWAKI DA SILVA<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4431-0062>

**RESUMO:** A violência contra a população LGBTQIAPN+ é um tema que assola inúmeras pessoas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo estabelecido socialmente. Estudos indicam que a universidade, estando inserida na sociedade, reproduz essa forma de violência ao não criar estratégias de prevenção e superação efetivas deste fenômeno em seu interior. Amparado pela aprendizagem dialógica e a Metodologia Comunicativa, o presente artigo apresenta os resultados de uma investigação que procurou apontar, a partir da compreensão de 18 estudantes de graduação, o modo como uma universidade pública do estado de São Paulo atua no combate ao preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero em seus espaços, identificando os elementos excludentes e transformadores que sejam capazes de promover, prevenir e superar a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Como resultados principais, esta pesquisa indica que o posicionamento público da gestão dessas universidades, o estabelecimento de políticas de combate à violência, bem como a construção de espaços formativos sobre a temática para discentes, docentes e demais funcionários e funcionárias em todo o âmbito acadêmico, propiciam um ambiente mais acolhedor, respeitoso e livre de qualquer forma de preconceito contra essa população em questão.

**Palavras-chave:** Prevenção de violência, LGBTQIAPN+, diversidade sexual, gênero, universidade.

### **COMING OUT OF THE “IVORY TOWER”: PREVENTING OF VIOLENCE AGAINST THE LGBTQIAPN+ POPULATION AT THE UNIVERSITY**

**ABSTRACT:** Violence against the LGBTQIAPN+ population is a topic that plagues countless people who do not fit into the socially established cisheteronormative pattern. Studies indicate that the university, being inserted in society, reproduces this form of violence by not creating effective prevention strategies and overcoming this phenomenon within it. Supported by dialogic learning and the Communicative Methodology, this article presents the results of an investigation that sought to point out, from the understanding of 18 undergraduate students, the way in which a public university in the state of São Paulo works to combat prejudice based on sexual and gender diversity in its spaces, identifying the excluding and transforming elements that are capable of promoting, preventing and overcoming violence against LGBTQIAPN+ people. As main result, this research indicates that the public positioning of the management of these universities, the establishment of policies to combat violence, as well as the construction of training spaces on the subject for students, professors and other employees throughout the academic field, provide a more welcoming, respectful and free of any form of prejudice against this population in question.

**Keywords:** Violence prevention, LGBTQIAPN+, sexual diversity, gender, university.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil. <enayton@ufscar.br>

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil. <alexandrerns@ufscar.br>

## SALIENDO DE LA “TORRE DE MARFIL”: PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA CONTRA LA POBLACIÓN LGTBQIAPN+ EN LA UNIVERSIDAD

**RESUMEN:** La violencia contra la población LGTBQIAPN+ es un tema que aqueja a infinidad de personas que no encajan en el patrón cisheteronormativo socialmente establecido. Los estudios indican que la universidad, al estar inserta en la sociedad, reproduce esta forma de violencia al no crear estrategias efectivas de prevención y superación de este fenómeno dentro de ella. Con el apoyo del aprendizaje dialógico y la Metodología Comunicativa, este artículo presenta los resultados de una investigación que buscó señalar, a partir de la comprensión de 18 estudiantes de pregrado, la forma en que una universidad pública del estado de São Paulo trabaja para combatir el prejuicio basado en la diversidad sexual y de género en sus espacios, identificando los elementos excluyentes y transformadores que son capaces de promover, prevenir y superar la violencia contra las personas LGTBQIAPN+. Como principales resultados, esta investigación indica que el posicionamiento público de la dirección de estas universidades, el establecimiento de políticas de combate a la violencia, así como la construcción de espacios de formación sobre el tema para estudiantes, profesores y demás funcionarios de todo el ámbito académico, propician un ambiente más acogedor, respetuoso y libre de cualquier forma de prejuicio contra esta población en cuestión.

**Palabras clave:** Prevención de la violència, LGTBQIAPN+, diversidad sexual, género, universidad.

“É uma característica de todas as universidades: elas tentam proteger a sua própria imagem tomando caminhos muito errados, tomando caminhos permissivos para que a violência aconteça. Não é protegendo o agressor que a gente vai conseguir mudar esse cenário. A partir do momento em que a gestão não se posiciona publicamente de forma preventiva às violências, ela passa uma imagem de que está tudo bem acontecer isso dentro da própria universidade” (Roberta da Silva<sup>3</sup>, 2021).

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos foram registrados índices alarmantes sobre o aumento de violência no Brasil (ALFAGEME, 2019), fator que atinge diretamente os grupos socialmente vulnerabilizados, como as mulheres, pessoas negras, os povos indígenas e as pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais, aqui denominadas pelas siglas LGTBQIAPN+<sup>4</sup>. Evidentemente, a universidade, enquanto espaço inserido na sociedade, e por ela sendo diretamente afetada, também reflete tais tensões e conflitos sociais.

O notável avanço na democratização do acesso às universidades brasileiras fez surgir novos movimentos no interior das instituições de ensino superior (IES) e, com isso, novas demandas. As lutas pela garantia do acesso e da permanência estudantil, pelo respeito à diversidade e diferenças, pela compreensão de outras epistemologias, pela promoção de espaços de diálogo e construção de políticas específicas para diferentes grupos sociais, dentre outras, transformaram o espaço universitário, contribuindo para um novo espectro mais colorido e diverso. Por outro lado, esse processo inclusivo, induzido por importantes políticas públicas, também gerou muitos conflitos, afinal, não são poucos os relatos de violência, de tentativas de burlar o sistema de reserva de vagas, de isolamentos e preconceitos

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2021 com uma estudante universitária que teve sua identidade preservada. Roberta da Silva é uma identidade fictícia para a estudante, como forma de homenagear essa mulher transexual que viveu em situação de rua na capital do Pernambuco, Recife, e que foi assassinada aos 32 anos de idade, no mesmo ano da entrevista, tendo 40% do seu corpo queimado num crime de caráter transfóbico.

<sup>4</sup> Não existe, no interior do movimento social ou mesmo entre os estudos teóricos a respeito da temática, acordo quanto a sigla que melhor definiria a população não-cisheteronormativa. Estas diferenças, que não são de menor importância, revelam as complexidades da temática e a forma como a diversidade sexual e as relações de gênero se apresentam de forma muito dispersa. Neste artigo, optou-se por adotar a sigla LGTBQIAPN+, buscando abarcar, de forma ampliada, a diversidade existente no interior dessa comunidade.

diversos, de aumento dos casos de suicídio e adoecimento, dentre outros fatores que se sucedem nos espaços acadêmicos.

No caso específico dos preconceitos e violências vivenciadas pela população LGBTQIAPN+, destaca-se que mesmo com os avanços impulsionados por políticas públicas no Brasil<sup>5</sup>, esse debate ainda requer estudos específicos que evidenciem os tipos recorrentes de violência, bem como as ações mais eficientes para sua superação e prevenção. Isso se justifica porque o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero, e a violência, são categorias importantes na compreensão de dinâmicas sociopolíticas vivenciadas por esta população em todos os âmbitos da sociedade.

Nesta pesquisa, a violência é compreendida como qualquer atentado que vise causar danos, sejam eles institucionais, psicológicos, sexuais, físicos ou materiais a grupos ou determinadas instituições (KRUG, 2002, p. 4) — no recorte deste estudo, a universidade.

Ademais, a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ pode ser definida como o agrupamento de alguns anseios, tais como nojo, receio, desconforto, ira etc. (JUNQUEIRA, 2007). Essas pessoas sofrem tais violências em diferentes espaços sociais — desde suas próprias residências, centros de religiosidade, ruas e escolas, até setores do poder público (MOTT, 2006). Destacamos que são nesses mesmos espaços de convivência social que as pessoas são socializadas e formadas, ou seja, que se constituem cidadãs, o que nos leva a refletir sobre o impacto dos preconceitos estruturados vigentes na formação de indivíduos sob os estigmas do racismo, do machismo, da cisheteronormatividade etc.

Fazendo menção ao âmbito acadêmico, foram notórias as discussões e pesquisas científicas centradas na homossexualidade iniciadas por Alfred Kinsey (1948; 1953) e sua equipe. Nelas, o denominado “comportamento homossexual” foi apontado como um fenômeno mais recorrente do que era reconhecido em seu tempo. Essas investigações inovadoras possibilitaram uma compreensão ampla sobre a sexualidade, resultando, sobretudo, na ação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990, ao retirar a homossexualidade do quadro de doenças mentais (NISHIWAKI DA SILVA, 2020). Neste sentido, se destacam estudos recentes que elucidam o crescente diálogo entre as temáticas LGBTQIAPN+ e a sociedade atual, como no âmbito da saúde (SMALLEY et al., 2017; GALLARDO-NIETO, et al., 2021), da religiosidade (HUNT, 2016), das tecnologias (SIEBLER, 2016), da sociologia do trabalho (WILLIAMS; DELLINGER, 2010), e mesmo das perspectivas e dos desafios de se fazer uma pesquisa com foco na população LGBTQIAPN+ (SERRANO AMAYA; RÍOS GONZÁLEZ, 2019). Conforme Serrano Amaya e Rios González (2019), as pautas LGBTQIAPN+ se tornaram assunto de maior visibilidade às pesquisas internacionais, e isso se deu, principalmente, em virtude das reivindicações de vários movimentos pela transformação social.

Entretanto, para a construção deste estudo, o prévio levantamento bibliográfico que realizamos nos permitiu identificar a incipiência de trabalhos que apontem ações efetivas para a prevenção e superação de violência contra a população LGBTQIAPN+. Neste aspecto, apresentar a discussão de tal temática, num momento desafiador e de ameaças contra pessoas LGBTQIAPN+ — tendo em vista a presença crescente de governos e movimentos de extrema direita —, se torna urgente e fundamental. À nível nacional, por exemplo, não foram poucas as manifestações conservadoras que nos últimos anos utilizaram o termo “ideologia de gênero” para frear e invalidar avanços centrados nos direitos sociais da população LGBTQIAPN+, e que repercutiram significativamente no âmbito educacional. Este artigo busca analisar de modo comunicativo e dialógico a violência contra a população LGBTQIAPN+ e sua superação e prevenção no recorte universitário, tendo em vista que este grupo é alvo de inúmeras violações de direitos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade contemporânea permite aos sujeitos múltiplas opções e escolhas, bem como novas possibilidades de vida e comportamento, tornando-os protagonistas em suas próprias biografias (GIDDENS, 1993). Assim, padrões pré-determinados de ação no mundo se tornam questionáveis e a sociedade como um todo se vê obrigada a constituir alternativas inclusivas que consigam superar modelos

---

<sup>5</sup> Como é o caso do programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, e a criação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, extinto pelo governo de Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente PL).

individualistas, com novas formas de relações sociais baseadas no diálogo e nos argumentos (FLECHA; GÓMEZ; PUIGVERT, 2001). Essa nova configuração é o ponto de partida para reflexões sobre a educação e a própria superação da violência contra a população LGBTQIAPN+.

Nesse contexto, a escolarização se torna um elemento central, já que pode possibilitar uma nova forma de socialização baseada no diálogo (GÓMEZ, 2004). Diferentes agentes sociais e profissionais da educação têm se esforçado para elaborar teorias e novas práticas que sejam capazes de contribuir com as discussões em torno da democratização da sociedade, de forma geral, e da escola, em específico. É neste quadro que se encontra a aprendizagem dialógica, referencial teórico deste trabalho.

A aprendizagem dialógica tem enfoque interdisciplinar e se ampara nas principais teorias e investigações científicas em âmbito internacional. Essa perspectiva teórica analisa os desafios sociais e busca alternativas para superá-los por meio de uma consistente crítica ao atual contexto global e da constituição de práticas solidárias e igualitárias. A aprendizagem dialógica, com aporte em Habermas (1987), compreende que os argumentos devem ser baseados em pretensões de validade, superando as relações fundamentadas em posicionamentos de poder. Deste modo, parte do pressuposto que as relações sociais precisam se ancorar em ações comunicativas nas quais as tomadas de decisão sejam fruto do diálogo entre todas as pessoas envolvidas no processo, uma vez que todos os indivíduos podem refletir sobre suas próprias vidas e o contexto no qual estão inseridos para transformá-lo.

A aprendizagem dialógica é um paradigma conceitual que dá origem a um modo transformador de aprendizagem, tanto dentro quanto fora das escolas, apontando caminhos para uma sociedade que também seja capaz de superar desigualdades sociais (MELLO; BRAGA; GABASSA, 2020). Esta abordagem se baseia em sete princípios: o diálogo igualitário; a inteligência cultural; a transformação; a criação de sentido; a solidariedade; a igualdade de diferenças; e a dimensão instrumental. Neste sentido, aplica à prática científica um caráter transformador, aquilo que Freire (2008) chama por *práxis*.

## METODOLOGIA

Coerentes com o referencial teórico, nos utilizamos da Metodologia Comunicativa, que busca conciliar os conhecimentos científicos e as possibilidades concretas de transformação junto aos indivíduos envolvidos nos vários processos sociais (GÓMEZ et al., 2006). Essa metodologia compreende e organiza o processo e o conhecimento científico envolvendo, além da pessoa pesquisadora, os indivíduos participantes da pesquisa no próprio processo de reflexão, análise dos dados e elaboração dos resultados, que devem ser comprometidos com a transformação da realidade social na qual se inserem (GÓMEZ et al., 2006).

A coleta dos dados se deu por meio dos procedimentos previstos na Metodologia Comunicativa, a saber, o relato comunicativo de vida<sup>6</sup> e o grupo de discussão comunicativo<sup>7</sup>. Devido à necessidade de isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, as etapas foram realizadas de forma remota, gravadas e transcritas na íntegra.

Desta forma, foram realizadas entrevistas com estudantes de graduação com o intuito de mapear as formas de violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade, bem como medidas que garantam a prevenção e a superação da violência e do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero. A pesquisa foi submetida em abril de 2020 ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, e aprovada em junho de 2020 com o número de parecer 4.076.285. Em um primeiro momento, fizeram parte da pesquisa 18 estudantes que se autodeclararam

---

<sup>6</sup> Este recurso tem por objetivo uma compreensão detalhada do mundo da vida e das interpretações que o sujeito faz de sua vida cotidiana a partir de uma relação dialógica — estando a função interpretativa partilhada entre participante e pesquisador ou pesquisadora. Buscamos, por meio desses relatos, a maneira como as pessoas vivem, atuam e refletem sobre suas vidas e suas ações.

<sup>7</sup> Espaço desenvolvido para diálogo entre iguais sobre temas diversos, implicando a participação do pesquisador ou da pesquisadora num grupo já existente. Deve ser formado por grupos naturais, ser realizado em uma das situações comunicativas habituais dos e das participantes em espaços de seu convívio natural, passando o sujeito investigado a integrá-lo. O grupo de discussão comunicativo é uma interpretação coletiva da realidade.

LGBTQIAPN+, respondentes a um formulário online que foi enviado ao conjunto do corpo discente de um curso de licenciatura<sup>8</sup>. Após o aceite do termo de consentimento livre e esclarecido e do preenchimento das perguntas do formulário, 10, dessas 18 pessoas, concordaram em participar das fases posteriores.

No quadro abaixo, é possível notar a diversidade existente entre as pessoas que concordaram em prosseguir com a pesquisa.

<b>Quadro 1: Informações gerais sobre as pessoas participantes</b>			
<b>Identificação<sup>9</sup></b>	<b>Orientação sexual e identidade de gênero</b>	<b>Ano de ingresso no curso de licenciatura</b>	<b>Conclusão anterior de outro curso superior</b>
Roberta da Silva	Bissexual / Feminino	2016	-
Harvey Milk	Gay / Masculino	2016	-
Diego Vieira Machado	Gay / Masculino	2017	-
Lindolfo Kosmalski	Gay / Masculino	2017	Sim
Matheusa Passareli	Bissexual / Feminino	2017	-
Gisberta Salce Júnior	Pansexual / Feminino	2018	-
Vanessa Santos	Bissexual / Não-binária	2019	-
Laerte Coutinho	Bissexual / Feminino	2019	-
Erica Malunguinho	Bissexual / Feminino	2020	-
Marielle Franco	Bissexual / Feminino	2020	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A escolha pela IES em questão se justifica pelo papel que esta universidade assumiu na construção de ações afirmativas, tendo aprovado, em 2016, um documento que trata amplamente da “Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade” (PAADE), que propõe diretrizes para grupos socialmente marginalizados pela sociedade e que, com o avanço de políticas públicas de inclusão, se inseriram nesta instituição de ensino superior.

A PAADE foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni)<sup>10</sup>, órgão máximo de deliberação da comunidade acadêmica, com o intuito de reafirmar o compromisso da instituição em valorizar a diversidade e promover a equidade por meio de ações que possibilitem a construção de um

<sup>8</sup> Este curso oferece anualmente 90 vagas, divididas entre períodos matutino e noturno, e tem duração de 5 anos.

<sup>9</sup> As pessoas entrevistadas tiveram suas identidades preservadas e foram identificadas com nomes de ativistas dos direitos da população LGBT — Vanessa Santos, Erica Malunguinho, Harvey Milk, Laerte Coutinho, Marielle Franco —, ou de pessoas que tiveram suas vidas interrompidas em decorrência de crimes homofóbicos e transfóbicos — Gisberta Salce Júnior, Matheusa Passarelli, Lindolfo Kosmalski, Roberta da Silva e Diego Vieira Machado.

<sup>10</sup> É importante ressaltar o papel do movimento estudantil no interior desta universidade, que atuou não apenas em 2016, mas ao longo da história da instituição junto aos grupos marginalizados, reivindicando os direitos dos e das estudantes.

ambiente justo e equitativo. Nesta direção, a universidade foi uma das primeiras IES brasileiras a propor atuações consistentes e efetivas de proteção para populações vulneráveis, tais como a comunidade LGBTQIAPN+, ainda que num contexto adverso<sup>11</sup>.

Esse documento apresenta um panorama histórico acerca das relações étnico-raciais, da inclusão e acessibilidade, de gênero e diversidade sexual, e propõe diretrizes em relação a esses grupos, destinadas tanto às comunidades discente e docente, quanto aos servidores e às servidoras que atuam nos diversos espaços da instituição e/ou para além dela.

Por fim, destaca-se que às categorias de análise dos dados obtidos foram incorporadas a identificação e a descrição das práticas e dos processos investigados por meio de duas dimensões: dimensão excludente e dimensão transformadora. Essas categorias permitem que os resultados obtidos apontem as limitações e as possíveis transformações diante dos desafios sociais, “garantindo a utilidade social do estudo realizado” (FLECHA, 2004, p. 47), isto porque partimos do pressuposto que a forma como as pessoas se movimentam no mundo revela suas compreensões dos processos sociais e devem ser incluídas radicalmente na pesquisa, ou seja, que o conhecimento acadêmico é um importante instrumento para a compreensão dos fatos sociais, mas não pode ser considerado como a única forma legítima.

## RESULTADOS

O estudo teve duração de um ano, entre 2020 e 2021. Das 18 pessoas que inicialmente se interessaram em contribuir com a pesquisa, 10 aceitaram realizar os grupos de discussão comunicativa e, posteriormente, os relatos comunicativos de vida. Após a transcrição das falas, os dados foram analisados e classificados em quatro eixos principais: 1) violência por conta da orientação sexual ou identidade de gênero sofrida e/ou presenciada; 2) conhecimento ou não da PAADE; 3) universidade como espaço de promoção e/ou prevenção de violência contra a população LGBTQIAPN+; e 4) dimensão instrumental como ferramenta de superação e prevenção da violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade.

### **Violência por conta da orientação sexual ou identidade de gênero sofrida e/ou presenciada**

No primeiro eixo identificamos que 70% das pessoas entrevistadas relataram já ter sofrido e/ou presenciado alguma forma de violência devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero dentro da universidade. Essas formas de violência variam entre comentários preconceituosos por parte de colegas discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e servidoras técnico-administrativas (TAs) e demais funcionários e funcionárias, como podemos observar no trecho a seguir:

Um dia, numa disciplina do segundo ano, a gente estava fazendo um trabalho de tema diverso, e um grupo fez um trabalho sobre a adoção homoafetiva, e uma pessoa desse grupo recusou pesquisar esse tema porque ela acreditava que casais homoafetivos não poderiam adotar por não serem dignos de formar uma família (Roberta da Silva, 2021).

Além disso, também foram apresentados relatos de assédio moral e psicológico tanto dos pares quanto de docentes, de modo presencial ou virtual — via redes sociais —, capaz de gerar na vítima insegurança em denunciar ou expor tais ações, além do medo da exposição de sua imagem, do constrangimento e/ou da perseguição acadêmica por parte de docentes devido à posição hierárquica na universidade. O trecho a seguir elucida uma dessas situações:

Teve um professor que me viu fazendo parte do ativismo bissexual e me chamou para fazer uma Iniciação Científica [IC], e eu estava muito feliz porque eu realmente achava que ele queria me chamar para uma IC, mas a conversa com ele ficou cada vez mais bizarra, de um jeito que eu configuraria como assédio. Eu postava, por exemplo, alguma coisa engraadinha em relação a flerte no Facebook, coisa que todo mundo compartilha sem levar a sério, e ele não interagia, mas

---

<sup>11</sup> No período em que a PAADE foi aprovada, o Brasil sofria a descontinuidade de políticas já citadas referentes à população LGBT.

salvava o que eu compartilhava, mandava para minha conversa privada e tentava desenvolver um assunto com aquilo, sabe? E ele ficava perguntando onde eu morava, ficava flertando nas entrelinhas com coisas do tipo: “aí, você é bi mesmo?”, “você já fez isso e isso...?” Enfim. Era um professor universitário, sabe? Não foi legal. Aí eu abandonei a ideia... Eu estava muito feliz de ter conseguido uma IC, mas abandonei... (Vanessa Santos<sup>12</sup>, 2021).

Ressaltamos, ainda, que 60% do total de estudantes entrevistados e entrevistadas, afirmaram ter sofrido violência de seus pares, tanto em sala de aula quanto em outros espaços universitários, sobretudo pessoas que se identificaram com o gênero feminino — estas somam um total de 66% dessas pessoas que relataram ter sofrido violência. Esse recorte de gênero no interior da população LGBTQIAPN+ evidencia que dentro desse próprio grupo rechaçado pela sociedade e que há anos vêm lutando por igualdade, respeito e por direitos, as mulheres travam uma luta ainda maior no combate ao preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero devido ao machismo presente na sociedade, como já apontado em estudos anteriores<sup>13</sup>.

### Conhecimento ou não da PAADE

No segundo eixo, observamos que as 18 pessoas participantes assinalaram não saber a quais instâncias recorrer em caso de violência, a não ser círculos de amigos e de amigas que consideram como uma rede de apoio, como demonstra o trecho a seguir:

Percebo que na universidade também me sinto acolhido mais pelos amigos que eu construí, mas percebo também algumas brincadeiras que na verdade são homofóbicas, e eu percebi que isso é o que mais acontece. Nunca sofri violência física, mas psicológica sim, como essas brincadeiras. E, no geral, é isso. Se você me perguntasse onde eu deveria recorrer caso sofresse algo, eu não saberia responder (Diego Vieira Machado<sup>14</sup>, 2021).

Questionamos, ainda, se elas possuíam conhecimento sobre a PAADE. Em resposta ao formulário, todas elas demonstraram não possuir conhecimento prévio sobre o documento que apresenta diretrizes e normativas em relação aos grupos socialmente marginalizados — incluindo a própria comunidade LGBTQIAPN+ — no tocante a acessibilidade, permanência e amparo a esses grupos, o que demonstra a ausência de divulgação e comprometimento por parte da universidade investigada em relação à temática exposta acima.

Nesse sentido, após obtermos as respostas ao formulário e concluir as entrevistas, enviamos a PAADE via e-mail aos e a às estudantes que participaram desta pesquisa, explicitando a seção destinada à comunidade LGBTQIAPN+ para que pudessem conhecer o documento e, se necessário, reivindicar direitos que são devidos a eles e a elas no interior da universidade. Vale ressaltar que tal ação está alinhada ao referencial teórico presente neste estudo, visando a denúncia de ações, ou ausência delas — como no caso da gestão universitária que, ao lançar o documento, deveria também se empenhar na propagação deste entre a comunidade acadêmica —, e do anúncio, proporcionando às pessoas participantes o acesso a um documento que visa a transformação de realidades específicas.

### Universidade como espaço de promoção e/ou prevenção de violência contra a população LGBTQIAPN+

<sup>12</sup> Vanessa Santos, ou simplesmente Catu, nasceu no ano de 1995 na Paraíba e viveu muitos anos na capital paulista. Era estudante de Biologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e atuava como militante do Levante Popular da Juventude. Faleceu em março de 2021, aos 26 anos de idade.

<sup>13</sup> É o caso da pesquisa de Montrone *et al.* (2020), intitulada “Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade”, que evidencia o fato de que nas IES, as mulheres, negras e homossexuais possuem seis vezes mais chances de sofrerem alguma forma de violência do que os homens, brancos e heterossexuais.

<sup>14</sup> Diego Vieira Machado, foi um rapaz negro, homossexual e estudante de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assassinado na mesma universidade em 2016 por crime de homofobia.

Como consequência desta falta de comprometimento a qual nos referimos anteriormente, neste terceiro eixo foi evidenciado por todas as pessoas entrevistadas que a instituição universitária atua de modo contraditório, ou seja, ela atua tanto na promoção, quanto na superação da violência quando não busca prevenir o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero em seus espaços, uma vez que, preocupada com a sua reputação, não cria medidas de sanções que possam inibir as pessoas agressoras — que vão desde os e as discentes até os e as docentes e demais funcionários e funcionárias.

O trecho a seguir evoca a necessidade de a universidade assumir um compromisso com a transformação social em seu interior e para além de seus muros:

Uma coisa que é muito importante e eu defendo é que a universidade saia da “Torre de Marfim” e esteja cada vez mais em contato com o pessoal, com a sociedade, porque somente dessa forma a sociedade vai enxergar o valor e a importância da universidade. Existem muitas pessoas LGBTs na favela, por exemplo, passando por diversos problemas, nas igrejas por aí, com problemas psicológicos... Nesse sentido, a gente tem que se perguntar o que a universidade, o que os grupos de pesquisas e demais iniciativas podem fazer também pela sociedade que está distante do conhecimento que ela produz. Por isso eu sou muito favorável às parcerias, essa relação: poder público, universidade e sociedade civil (Lindolfo Kosmalski<sup>15</sup>, 2021).

A expressão utilizada pelo entrevistado, e que compõe o título deste artigo, é um termo comumente utilizado para designar grupos de intelectuais e eruditos que buscam levantar questionamentos dissociados da realidade social. É neste sentido que aqui associamos o nosso objeto de investigação, em específico, e a instituição universitária, em geral, à Torre de Marfim, elucidando que, mesmo sendo produtora de inovações tecnológicas e conhecimentos científicos, a universidade permanece muitas vezes alheia aos fenômenos que ocorrem em seu interior. Essa situação, como destacado no trecho da entrevista, reforça que a falta de comprometimento da gestão universitária para com grupos marginalizados em seu campus é um fator que necessita de urgente atenção. Assim, não basta dizer que a violência está sendo mitigada e ignorar os ataques a comunidade LGBTQIAPN+: é preciso que haja ações institucionais e colaborativas que resultem em um posicionamento público, tendo como resultados medidas efetivas de prevenção e de superação que encerre toda e qualquer forma de violência por meio de sanções cabíveis.

### **Dimensão instrumental como ferramenta de superação e prevenção da violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade**

No quarto e último eixo, ao serem questionadas sobre possíveis formas de prevenção e superação da violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ na universidade, todas as pessoas entrevistadas apontaram a necessidade — e urgência — de um conhecimento devidamente estruturado que possa prevenir efetivamente a violência por conta da orientação sexual e identidade de gênero nos espaços universitários, como aponta o trecho a seguir:

O preconceito nasce da ignorância, ou daquilo que você não conhece sobre o outro, ou daquilo que você não conhece sobre si mesmo. Se tem alguma coisa que você repudia, por trás disso tem alguma ignorância em algum nível. Acho que quando você aproxima as pessoas dos conhecimentos que a gente já falou [sobre a temática LGBTQIAPN+], isso pode ser uma fonte da diminuição da violência (Diego Vieira Machado, 2021).

E, ainda,

Quando eu me emancipo eu tenho que levar os outros também a se emanciparem. Além de ser estudante desse curso, eu já sou um profissional da informação, então a informação é um elemento de libertação. A gente carece de um déficit muito grande informacional em vários

---

<sup>15</sup> Lindolfo Kosmalski, de origem camponesa, foi ativista LGBT, estudante de pós-graduação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), e militante no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra (MST). O rapaz foi brutalmente assassinado no ano de 2021, aos 25 anos de idade.

âmbitos no país. Eu sou partidário de que as escolas munam seus estudantes de informações sobre direitos humanos, que os alunos tenham conhecimentos mínimos sobre direitos constitucionais para que as pessoas se sintam sujeitos de direito, todos nós somos sujeitos de direito do conhecimento, e tendo conhecimento disso nós podemos reivindicar os nossos próprios direitos (Lindolfo Kosmalski, 2021).

Ao indagar as pessoas participantes sobre quais seriam esses conhecimentos, elas apontaram exemplos como: a) formação para discentes, docentes, TAs e demais servidores e servidoras sobre formas de acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+; b) elaboração de palestras, eventos e congressos sobre a temática; c) oferta de Atividades Curriculares de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs)<sup>16</sup>, cursos de extensão ou disciplinas optativas que tratem especificamente sobre a temática LGBTQIAPN+, a história do movimento, suas lutas etc.

No tocante às disciplinas optativas, os pesquisadores constataram que em um dos departamentos responsáveis pelo curso na universidade investigada, há uma disciplina optativa que aborda temas como sexualidade e gênero, bem como suas relações com a Educação. Entretanto, nenhuma das pessoas participantes da pesquisa mencionou esta disciplina, possibilitando evidenciar que tratar da temática LGBTQIAPN+ de forma optativa e genérica pode nem mesmo atrair a própria população LGBTQIAPN+, e tampouco contribuir à prevenção da violência deste grupo na universidade. Destaca-se ainda que, para a formação de sujeitos que formarão outros sujeitos, como é o caso dos cursos de licenciatura, que devem estar atentos ao combate e prevenção da violência desde a infância, a temática LGBTQIAPN+ deve ser um compromisso que vá além da oferta de uma disciplina optativa específica, mas um compromisso determinante da própria instituição para com os e as estudantes e, conseqüentemente, com toda a sociedade.

Ademais, tanto nos grupos de discussão comunicativa, quanto nos relatos comunicativos de vida, grande parte das pessoas (70%) apontou a importância da criação de uma rede de apoio — organizada por estudantes, como um coletivo LGBTQIAPN+ — que atue no interior da universidade e/ou em espaços relacionados. Eles e elas argumentaram que a construção de um grupo, pautado na diversidade sexual e de gênero, tende a contribuir com discussões, reflexões e ações, não apenas para a promoção da visibilidade desta população, mas também para a construção e o levantamento de dados específicos que apresentem fatores inclusivos ou exclusivos de pessoas LGBTQIAPN+ na universidade, proporcionando assim, políticas efetivas capazes de construir uma universidade ao mesmo tempo, livre de discriminação e preconceitos, e segura para todas as pessoas.

## **ANÁLISE DOS DADOS: PARA ALÉM DOS MUROS**

Os quatro eixos supracitados apontam caminhos relevantes à prevenção e superação da violência contra a população LGBTQIAPN+ nas IES.

Os dados obtidos no primeiro eixo — violência por conta da orientação sexual ou identidade de gênero sofrida e/ou presenciada —, convergem com levantamentos realizados em pesquisas sobre a violência no contexto universitário que demonstram que estudantes do gênero feminino são as principais vítimas das mais variadas formas de violência, dentre elas o assédio e a violência sexual e física, a coerção e até mesmo a desqualificação intelectual (SCAVONE; ALVAREZ, 2015). Além disso, um estudo mais recente destaca que, nas universidades, pessoas do gênero feminino, que se identificam como negras e homossexuais, possuem até seis vezes mais chances de sofrerem alguma forma de violência do que pessoas do gênero masculino, identificadas como brancas e heterossexuais (MONTRONE, 2020).

No segundo e no terceiro eixo — conhecimento ou não da PAADE e universidade como espaço de promoção e/ou prevenção de violência contra a população LGBTQIAPN+ —, nota-se como o papel da gestão universitária é fundamental frente aos casos de violência baseada na diversidade sexual e de gênero nas IES. A título de ilustração, estudos internacionais apontam que a falta de aplicabilidade de protocolos e sanções nos casos dessas violências, bem como a ausência de acompanhamento da

---

<sup>16</sup> As ACIEPEs são atividades curriculares complementares, inseridas nos currículos de cursos de graduação.

instituição quando esses casos são denunciados, não apenas impedem a perpetuação de tal violência como também coloca a vítima numa situação de revitimização (BLANCO; SPATARO, 2019).

No que diz respeito ao desdobramento do quarto eixo — referente às ferramentas de superação e prevenção da violência —, 88% das pessoas respondentes ao formulário online demonstraram nunca terem participado ou conhecido alguém que participou de eventos, palestras e/ou disciplinas específicas da grade do curso ou optativas que tratassem diretamente da temática LGBTQIAPN+. Concomitantemente, esse mesmo percentual expressou que uma das maneiras mais eficazes de se combater o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero seria a estruturação de um conhecimento voltado às questões dessa população, capaz de levar à comunidade acadêmica, e, conseqüentemente, o seu entorno, instrumentos que possam munir as pessoas de informação para combater essa forma de preconceito e violência. O trecho a seguir expressa tal preocupação:

Eu percebo que as gerações passadas não tiveram a oportunidade de entender as diferenças, a diversidade: elas foram ensinadas a odiar, ensinadas a ter repulsa, a terem aversão... E o mais difícil de se aprender algo é desaprender, porque desconstruir é um processo que dói e ninguém quer ficar tocando em ferida, ninguém quer tocar o próprio ego. Por isso, quando a gente leva informação de uma maneira bem estruturada, com um discurso apto para isso, qualificado para isso, eu acredito que as pessoas podem aprender. Eu acredito que a Educação pode ser uma das ferramentas de prevenção, ela não é a principal responsável, mas por meio dela a gente pode mudar a realidade das pessoas, a partir de boa informação, de estruturar todo esse conhecimento, proporcionando uma linguagem que chegue até as pessoas, mas sem impor as coisas aos outros, porque esse é o grande problema, tem que haver diálogo com a sociedade, e muitas vezes a gente não tem diálogo com a comunidade (Gisberta Salce Júnior<sup>17</sup>, 2021).

Neste sentido, consideramos que os resultados apresentados reforçam especificamente um dos sete princípios da aprendizagem dialógica, a saber, o da dimensão instrumental. Este princípio trata de garantir às pessoas ferramentas humanísticas e técnicas que são instrumentos essenciais que possibilitam ao indivíduo viver no seu próprio contexto (AUBERT *et al*, 2018). Ainda em relação ao âmbito teórico, destacamos que o diálogo igualitário, a reflexão crítica e os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade são instrumentos essenciais para as pessoas, pois além da compreensão mais abrangente das realidades nas quais cada pessoa está inserida, o indivíduo desenvolve também um pensamento mais crítico e, por isso, transformador (AUBERT *et al*, 2018).

Assim, ter acesso a conhecimentos pontuais sobre a temática LGBTQIAPN+ — como por exemplo a história das lutas da população LGBTQIAPN+, os dados estatísticos sobre violência e morte, informações acerca do tratamento para com pessoas travestis, transexuais e não-binárias etc. — ressaltam a perspectiva transformadora do conhecimento sistematizado e, mais do que isso, que o conhecimento sobre a comunidade LGBTQIAPN+, propagado pela instituição ou nos cursos e espaços de formação, é elemento fundamental para a prevenção da violência.

O quadro abaixo elenca os elementos excludentes e transformadores, bem como a incidência em que esses elementos apareceram nos relatos dos e das participantes em relação ao que promove, supera e previne a violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade.

<b>Quadro 2: Elementos excludentes e transformadores em relação à promoção, superação e prevenção da violência contra a população LGBTQIAPN+ na universidade.</b>		
<b>Elementos</b>		<b>Número de incidências</b>
<b>Elementos Excludentes</b>	Ausência de posicionamento público por parte da gestão	8
	Falta de acolhimento às vítimas	6

<sup>17</sup> Gisberta Salce Júnior foi uma mulher transexual e imigrante brasileira, brutalmente assassinada no ano de 2006 em Porto, Portugal, aos 45 anos. Sua morte fomentou a criação de leis a respeito da igualdade de gênero e o modo como o país passou a tratar as mulheres transexuais.

	Ausência de políticas institucionais efetivas	5
	Ausência de sanções para as pessoas agressoras	3
<b>Elementos Transformadores</b>	Conhecimento estruturado sobre as temáticas LGBTQIAPN+	10
	Oferta de espaços de formação	9
	Criação de uma rede de apoio, grupo ou coletivo LGBTQIAPN+	7

Elaborado pelos autores (2022).

Ao observar o Quadro 2, é possível identificar que a gestão universitária<sup>18</sup> é apontada como principal elemento excludente na promoção da violência de pessoas LGBTQIAPN+. O trecho a seguir qualifica um diagnóstico que é comum entre todas as pessoas participantes da pesquisa:

Tudo começa com a gestão. Acho que quem está responsável por esse diálogo, se essa pessoa boicota isso [denúncias em caso de violências], enfraquece toda e qualquer outra força que tente fazer alguma coisa. Se a gestão abraçar esse grupo [LGBTQIAPN+], já facilita muito. Falta muito uma divulgação no sentido de mostrar que as coisas existem, de mostrar que as coisas estão sendo colocadas em prática. Os casos que acontecem de violência a gente não sabe onde recorrer... A gente vai naturalizando isso porque se não aparece então é porque não existe. Isso acontece fora da universidade também. Existem várias leis e decretos que deveriam facilitar ou trazer melhorias sociais, mas não são colocadas em prática. Por isso, deve partir da gestão a divulgação, a rede de apoio... (Diego Vieira Machado, 2021).

Sendo assim, destaca-se que na ausência de ações da gestão universitária que visem o acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+, medidas de sanções para as pessoas agressoras e amparo às vítimas — como apontado por 70% dos e das participantes —, surge a necessidade de um grupo que atue como uma rede de apoio de pessoas LGBTQIAPN+ no interior da universidade. Nesse aspecto, como consequência deste estudo, iniciamos uma articulação com as pessoas participantes, na intenção de analisarem as formas de organização e quais ações poderiam ser promovidas por um grupo LGBTQIAPN+, com o intuito de construir uma rede de apoio que trate sobre a temática e atue na prevenção e superação da violência contra essa população na universidade. Entretanto, vale ressaltar que a construção deste grupo não minimiza e nem transfere a obrigação da gestão universitária que deve atuar em prol de toda a comunidade acadêmica, visando não apenas o reconhecimento institucional à nível internacional ou a qualidade de seu ensino, mas também o bem estar, a segurança e a equidade das pessoas que nela atuam.

Salientamos, ainda, que a desnaturalização da violência e do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero é outro fator que merece destaque no combate à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ nas IES. Estudos internacionais recentes, como o de Gallardo-Neto *et al.* (2021) e o de Dueñas *et al.* (2021), apontam que as universidades tendem a naturalizar violências contra pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo nas salas de aula, e que muitas das vezes ocorrem na presença de docentes, quando não são os próprios e as próprias docentes as pessoas agressoras. O trecho de uma das entrevistas realizadas por nós elucidada essa questão:

Eu realmente não me sinto segura na universidade, não me sinto segura estando com outras pessoas, tendo aula com certos professores, porque quando eu fui assediada, eu estava numa roda de estudantes e com o professor que me assediou, e foi tudo muito rápido, eu nem percebi o que aconteceu, fui perceber só depois e fiquei sem reação. Eu estava na sala de aula, às nove horas da manhã! Fico pensando: até que ponto essas pessoas agressoras se sentem livres de qualquer culpa, livres de que nada vai acontecer com elas? (Gisberta Salce Júnior, 2021)

<sup>18</sup> Durante o período de desenvolvimento desta pesquisa, o mandato da gestão da universidade investigada foi trocado. Portanto, o tempo de pesquisa compreendeu o final de uma gestão e o início de outra.

Neste sentido, compreendemos que na luta contra a violência de pessoas LGBTQIAPN+ na universidade, o posicionamento público das gestões universitárias é crucial para a prevenção da violência contra esta população em seus espaços. Gallardo-Neto *et al.* (2021), destaca que para o combate efetivo ao preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero no contexto universitário, é necessário promover a formação de estudantes, agentes educacionais e demais funcionários e funcionárias acerca da temática, além de medidas de sensibilização que possam garantir o respeito à diversidade.

Além disso, conforme aponta Milkman (2017), as IES, nas últimas cinco décadas, serviram como instrumentos de conscientização para diversas lutas no tocante à classe, raça, gênero etc, levando pessoas, sobretudo pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+, a se conformarem como lideranças de movimentos sociais dentro e fora dos muros das universidades, como é o caso do movimento estadunidense de anti-agressão sexual no campus, em que mulheres lésbicas, bissexuais e trans estão super-representadas como líderes, e o movimento *Black Lives Matter*, fundado por três mulheres negras, sendo duas delas participantes da comunidade LGBTQIAPN+.

Percebe-se, portanto, que além do seu relevante papel na produção de conhecimento, a universidade é palco de lutas e resistências diversas. Uma vez que a gestão universitária esteja alinhada às demandas da população LGBTQIAPN+, juntos serão capazes de prevenir a violência que perpassa as salas de aula, as relações entre pares, entre docentes, TAs e demais funcionários e funcionárias, além de firmar, por meio da educação, o compromisso em munir todas as pessoas de conhecimentos devidamente estruturados e informações baseadas em evidências científicas que possam superar a violência e o preconceito contra essa população, que têm suas raízes na ignorância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a democratização do acesso ao ensino superior nas universidades brasileiras, novos grupos e, conseqüentemente, novos desafios sociais passaram a fazer parte da realidade desses espaços que apresentam as contradições que permeiam a realidade social, política e econômica do país. Sabe-se que a universidade não está livre das formas de opressão e violência e, neste sentido, por meio do estudo de caso de uma universidade pública que foi uma das pioneiras na elaboração e implementação de políticas de equidade e diversidade, buscamos compreender quais as formas de prevenção e superação da violência e do preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero se apresentam no contexto universitário.

A pesquisa apontou que a ausência de conhecimentos e informações é um dos principais fatores que promovem a violência e o preconceito de pessoas LGBTQIAPN+ na universidade. Além disso, que o descaso da gestão universitária em propagar o conhecimento das políticas institucionais de igualdade e equidade de grupos excluídos socialmente, evidencia que a sua elaboração, por si só, não se torna efetiva, uma vez que ainda se encontra distante do cotidiano da comunidade acadêmica.

Sendo assim, essa pesquisa buscou, juntamente com os indivíduos participantes, compreender de forma ampliada a violência sofrida pela população LGBTQIAPN+, que tem lutado com a própria vida para conquistar o avanço de direitos que são comuns a todas as pessoas. Com foco no ambiente universitário, procuramos identificar e construir ferramentas que sejam efetivas no combate à violência baseada na diversidade sexual e de gênero, tornando esse espaço um lugar seguro e igualitário. Os dados apontam que enquanto a discussão sobre a temática LGBTQIAPN+ diminui, os casos de violência contra essa comunidade aumentam, indicando que a ausência de discussões que tratam das vivências LGBTQIAPN+, dentro e fora dos espaços universitários, cria barreiras, constrói preconceitos e deixa de munir a comunidade acadêmica e a própria gestão nas lutas pela igualdade e pelo fim do preconceito.

Embora esse estudo de caso tenha se limitado a apresentar dados que refletem a violência contra a população LGBTQIAPN+ focalizada apenas no corpo discente, não incluindo, portanto, docentes, TAs e demais funcionários e funcionárias que também são vítimas e/ou espectadoras de ações violentas e preconceituosas nos espaços acadêmicos, é imprescindível que em pesquisas futuras, como as que estamos desenvolvendo, haja a participação conjunta da comunidade universitária para contribuir de modo ainda mais efetivo na identificação de ferramentas e estratégias que possam superar e prevenir a violência contra a população LGBTQIAPN+ nas universidades.

Destacamos que a elaboração desta investigação desencadeou a pesquisa intitulada “Prevenção de Violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ nas Universidades Brasileiras”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), selecionado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N.º 18/2021 – Universal 2021, processo n.º 409811/2021-1, para continuar esta agenda de pesquisa que visa identificar como as universidades públicas brasileiras atuam de modo a prevenir e superar o preconceito baseado na diversidade sexual e de gênero em seus espaços.

É importante ressaltar que a área da Educação — que no último período vem sofrendo inúmeros ataques orçamentários e ideológicos do governo brasileiro — desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, isto porque, sendo uma área que produz estudos sobre as formas de ensino, aprendizagem, estruturação e sistematização efetiva de conhecimentos, é ela que, junto a outras áreas do conhecimento, busca tornar o mundo um lugar de diálogo e igualdade de diferenças, onde possa existir respeito, solidariedade e constante transformação.

## REFERÊNCIAS

AUBERT, Adriana; FLECHA, Ainhoa; GARCÍA, Carme; FLECHA, Ramón, RACIONERO, Sandra. *Aprendizagem dialógica na Sociedade da Informação*. São Carlos: EDUFSCar, 2018.

ALFAGEME, Ana. Morrer Por Ser Gay: O Mapa-múndi Da Homofobia. *El País*, 22 de março de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147\\_774690.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html). Acesso: 15 set 2022.

BLANCO, Rafael; SPATARO, Carolina. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. *Nómadas*, n. 51, p. 173-189, 2019.

BRASIL, Governo do. *Decreto N.º 9.759, de 11 de Abril de 2019*. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=5>. Acesso: 15 set 2022.

DUEÑAS, Jorge-Manuel *et al.* Identifying violence against the LGTBI+ community in Catalan universities. *Life sciences, society and policy*, v. 17, n. 1, p. 1-10, 2021.

FLECHA, Ramón. GÓMEZ, Jesús y PUIGVERT, Lidia. *Teoría sociológica contemporánea*, 2001.

FLECHA, Ramón. Investigar desde la igualdad de las diferencias. In: *Conocimiento e identidad: Voces de grupos culturales en la investigación social*. El Roure, 2004. p. 34-50.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 47ª Edição.

GALLARDO-NIETO, Elena María *et al.* Sexual orientation, gender identity and gender expression-based violence in Catalan universities: qualitative findings from university students and staff. *Archives of public health*, v. 79, n. 1, p. 1-13, 2021.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP, 1993. Trad. Magda Lopes.

GÓMEZ, Jesús; LATORRE, Antonio; SÁNCHEZ, Montse; FLECHA, Ramón. *Metodología Comunicativa Crítica*. Barcelona: El Roure, 2006.

GOMES, Jesus. *O amor na sociedade de risco: uma tentativa educativa*. Barcelona: El Roure. 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*, Vol II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

HUNT, Stephen (Ed.). *Contemporary Christianity and LGBT sexualities*. Routledge, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, 2007.

KINSEY, Alfred C. *et al. Sexual Behavior in the Human Female*. Philadelphia. B. Saunders Co, 1953.

KINSEY, Alfred C.; POMEROY, Wardell B.; MARTIN, Clyde E. *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: W. B. Saunders, 1948.

KRUG, Etienne G. *et al. World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002.

MELLO, Roseli Rodrigues; BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa. *Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível*. 2ª Edição. EdUFSCar, 2020.

MILKMAN, Ruth. A new political generation: Millennials and the post-2008 wave of protest. *American Sociological Review*, v. 82, n. 1, p. 1-31, 2017.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Revista Gênero*, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 509-521, 2006.

NISHIWAKI DA SILVA, Alexandre R. A homossexualidade é doença ou algum tipo de doutrinação?. In: Marta Gouveia de Oliveira Rovai. (Org.). *Revisionismos: a universidade esclarece*. 1ª ed.: Mentis Abertas, 2020, p. 175-184.

SCAVONE, Míriam; ALVAREZ, Larissa. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. São Paulo: Data Popular/Instituto Avon, 2015.

SERRANO AMAYA, José Fernando; RIOS GONZALEZ, Oriol. *Introduction to the Special Issue: Challenges of LGBT research in the 21st century*. 2019.

SIEBLER, Kay. *Learning queer identity in the digital age*. Springer, 2016.

SMALLEY, K. Bryant *et al.* (Ed.). *LGBT health: Meeting the needs of gender and sexual minorities*. Springer Publishing Company, 2017.

WILLIAMS, Christine L.; DELLINGER, Kirsten (Ed.). *Gender and Sexuality in the Workplace*. Bradford: Emerald, 2010.

## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Enayton Perassoli – Levantamento e coleta de dados, participação ativa na elaboração e análise dos dados e dos resultados, elaboração e escrita do manuscrito.

Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva – Coordenador do projeto, participação ativa na análise dos dados e na discussão dos resultados, e revisão da escrita final do manuscrito.

## **FINANCIAMENTO**

Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## **COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Por se tratar de uma investigação com seres humanos, essa pesquisa foi submetida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e por ele aprovada em 8 de junho de 2020 com o número de parecer 4.076.285.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.